



DEMOCRACIA NA ERA DIGITAL: ATRAVESSAMENTOS NOS PROCESSOS ELEITORAIS¹

ARTIGO ORIGINAL

FUSARO, Luana Garcia Feldens ²

VIEIRA, Juliana Santos Monteiro ³

FUSARO, Luana Garcia Feldens. VIEIRA, Juliana Santos Monteiro. **Democracia na era digital: Atravessamentos nos processos eleitorais**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 10, Vol. 19, pp. 97-113. Outubro de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/comunicacao/processos-eleitorais>

¹ Texto apresentado e publicado em anais do III Seminário Internacional de Sociologia da UFS (Outubro/2020), sendo esta, versão expandida e reformulada para a publicação de artigo científico.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PEPGCOS/PUC-SP). Bolsista de doutorado CNPq. Mestra em Antropologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Tiradentes (UNIT).

³ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS). Bolsista de Doutorado FAPITEC/SE. Mestre em Educação (2017); Graduada em Psicologia (2014). Colaboradora dos Grupos GPECS/CNPQ/UFS (Educação, Cultura e Subjetividades) e GPHEN/CNPQ/UNIT (História da Educação no Nordeste).



RESUMO

Este artigo busca provocar algumas reflexões sobre a influência dos dispositivos tecnológicos digitais sob a modulação de comportamento dos usuários, voltando para os processos eleitorais presidenciais mais recentes, em que prevaleceram táticas de manipulação de dados pessoais, disseminação de perfis falsos, disparos em massa e *fake news*. Entendendo o processo de transformação tecnológico da comunicação, é possível perceber que estas estratégias vêm desestabilizando as articulações tradicionais dos sistemas eleitorais, gerando uma ruptura nas democracias liberais de vários países do mundo. Assim, pretendeu-se discutir o cenário atual, repensando o corpo e essa nova “coreografia social” que se instaura, aonde se demarcam sujeitos enquanto eleitores digitais vulneráveis aos recursos midiáticos, imersos em uma lógica de controle e sujeição, no qual ainda não é possível vislumbrar todas as suas consequências.

Palavras-chave: Comunicação, eleições, modulação de comportamento, tecnologia digital.

INTRODUÇÃO

As inovações tecnológicas que temos testemunhado nos últimos 30 anos evidenciam mudanças radicais e imensuráveis em diversos aspectos da vida moderna, sob a qual podemos ter algumas suspeitas e hipóteses, mas nenhuma certeza. Não é novidade que as gerações contemporâneas estão assistindo a uma transformação global, que altera as capacidades cognitivas, as relações sociais e a percepção do tempo, gerando uma impressão coletiva de aceleração e desterritorialização constante dos hábitos cotidianos.

Entretanto, em meio a tantas mudanças que os dispositivos digitais vêm desempenhando nos mais diversos setores da vida humana, a estrutura do sistema político e das instituições de poder pareciam estáveis, pelo menos no Brasil, desde o fim da ditadura militar. O que não esperávamos era que, no que diz respeito à política,



ou, pelo menos, a conduta política democrática que vivenciamos no Brasil ao longo destes anos, tal solidez estaria em transição também.

É provável que nos anos de 1980, ninguém ousasse suspeitar que, em 2020, não só o Brasil, mas vários países do mundo estivessem discutindo uma possível ruína dos regimes democráticos, não na totalidade das suas esferas e características, mas no sentido de uma política de desmanche das instituições de poder, de enfraquecimento da atuação do Estado, de negação de direitos civis e de apologia as mais diversas formas de discriminação e ódio. Esta instabilidade teve seus primeiros vestígios evidenciados no Brasil a partir do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016, demonstrando que os interesses de alguns agrupamentos políticos foram sobrepostos a soberania do processo eleitoral. Ainda que, depois do impeachment, os processos eleitorais seguiram acontecendo por voto direto, a forma como as campanhas foram conduzidas e a condução da administração pública eleita tem rompido protocolos e premissas que garantiam, de fato, um governo democrático, cujo foco deveria ser voltado a ações de benefício social e coletivo.

O fim do ciclo PT-PSDB na Presidência da República e a hiperfragmentação das bancadas desorganizaram completamente o jogo político-partidário que assegurou a estabilidade democrática e o funcionamento do presidencialismo de coalizão por quase um quarto de século. (ABRANCHES, 2019, p.13)

Desde então, as discussões sobre o conceito de necropolítica, ou política de morte, têm sido testemunhadas e vivenciadas na prática, a partir de resoluções cotidianas anunciadas pelo Governo Federal, com demissões, reduções salariais de professores, cortes de verbas em áreas como saúde, educação, cultura, inclusão e meio ambiente, cortes de bolsas, auxílios, medicamentos, além da suspensão de outros benefícios que garantiam uma vida razoavelmente digna à população brasileira.

Entendendo as complexidades que envolvem esse contexto, optamos por construir um caminho embasado em dois paralelos considerados determinantes até o momento. O primeiro se constitui por um viés político-social, em que diagnosticamos a premeditação de um cenário político partidário instigado pela ideia de corrupção, crise financeira e insegurança: estes ingredientes colaboraram para a constituição de



um inimigo a ser combatido, de uma sensação de medo, do resgate de valores morais conservadores e, assim, intensificaram os discursos de ódio e a polarização entre direita e esquerda; o outro caminho aponta para a avalanche de reconfigurações e influências que os dispositivos digitais provocaram, não apenas na comunicação, no mercado, na forma como nos relacionamos, em todos os nossos hábitos e habilidades cognitivas, mas também nas estratégias de campanha política e na modulação das opiniões e condutas. Assim, este texto busca, antes de tudo, um mapeamento que possibilite organizar alguns dos fatores que estão compondo o cenário atual, para que seja possível, com certo distanciamento, olhá-lo de uma forma mais clara e crítica.

1. NOVAS REDE, NOVAS CONFIGURAÇÕES

Algumas questões anteriores se fazem necessárias discutir para compreender como certas relações mediadas digitalmente se transformaram, no Brasil, em relações hegemônicas e que marcam os comportamentos e as maneiras de autocontemplação. A Revolução Industrial inaugura uma nova temporalidade nos séculos XVIII e XIX, onde os romances e a mídia impressa são fundamentais para consolidar identidades nacionais e estabelecer os ideais de universalização e homogeneização da sociedade moderna (MISKOLCI e BALIEIRO, 2018). Nesse sentido, conforme anuncia Castells na obra *“Sociedade em Rede”* (1999), esse novo modelo de interação social digital apresenta-se como um processo de reestruturação do capitalismo mundial, que tem na difusão da informação semelhante papel do da Modernidade.

Os discursos eufóricos e entusiastas que relacionavam as questões digitais com características humanas consideradas virtudes como a liberdade, a democracia, o conhecimento, a autonomia, hoje precisam ser repensados na medida em que, cerca de 20 anos depois de sua expansão no Brasil, não é o viés emancipatório o que tem sido mais marcante neste cenário. A poderosa vontade político-militar norte-americana que, em termos de resultado, derivou-se em novos regimes de propriedade e trocas comerciais, no duplo ambíguo liberdade de utilização/defesa da privacidade e na regulação das interações e comportamentos humanos, nos convoca a repensar as redes como “[...] uma montagem social e tecnológica em que são reconfiguradas com vigor as interações humanas, a constituição de identidades, o sistema



econômico, as possibilidades políticas – ou, de maneira mais sucinta, o poder de ação das sociedades sobre si mesmas” (LOVELUCK, 2018).

O advento de um liberalismo informacional, que pressupõe teoricamente todas as virtudes citadas e muitas outras, age como uma derivação e uma radicalização do projeto de esclarecimento[4] que tem origem na Modernidade, e que a partir do século XX transporta para a noção da informação mais um enunciado de progresso e salvacionismo. A produção de “sujeitos livres e autônomos” ganha novas roupagens com a constituição do liberalismo informacional, porém se apoiam em um mesmo governo do controle, onde os pensamentos esvaziados de sentido fornecem para a economia política os meios para modular relações sociais e produzir valores estéticos e morais.

Os protagonistas da rede precisam então, mobilizar-se corporal e subjetivamente adaptando suas qualidades de expressão e imaginação, fazendo seu marketing pessoal ininterruptamente, sincronizando-se continuamente com outros, mobilizando todas as suas capacidades, inclusive afetivas, com objetivo de serem coletivamente úteis. Nesse sentido, as relações se auto comercializam e pessoas são tidas como empreendimentos, em um processo compulsório de produção de si (GORZ, 2005). Estamos, pois, em um momento de avaliação e questionamento destas supostas virtudes, aonde dependentes psicofisiologicamente desse espaço-fluxo poderíamos nos perguntar, quem seria capaz de anunciar a falibilidade das redes?

2. A DEMOCRACIA ESTÁ EM RISCO?

A imersão ascensão das atividades cotidianas e sociais nas redes digitais – e a utilização das incalculáveis ferramentas oferecidas por estes dispositivos –, não surpreendentemente, se alastrou para o campo da política representativa. Nas eleições de 2018 do Brasil, uma avalanche de memes e *fake news* circularam pelas mais diversas redes sociais, sobretudo pelo WhatsApp. Montagens, informações inverídicas e dados distorcidos se tornaram conteúdo cotidiano para a população, alimentando um crescente embate entre eleitores com tendências à esquerda ou à



direita, o que intensificou um tipo de polarização mais radical, causando brigas, discórdias e rompimentos entre grupos e indivíduos.

Essa nova forma de polarização é um fenômeno global, nascido do crescimento das redes sociais, cujo uso cívico, embora importante, não conseguiu ainda se impor como via principal do debate político digital. Ela ainda está dominada pelo discurso de ódio e de difamação, seja por indivíduos raivosos ou por milícias digitais. (ABRANCHES, 2019, p. 18)

As opiniões políticas trocaram as discussões argumentativas de pequenas elites, e passaram a ser pautadas, de forma massiva, através da replicação e repostagem de conteúdo pronto. Os eleitores se dividiram em extremidades, abalando as estruturas dos partidos de centro, deixando alguns grupos políticos desnorteados. Este cenário deu andamento a um processo eleitoral de ânimos acirrados, de intolerância, discórdia e intensa disputa política e social. No entanto, a questão que se evidenciou desta vez, diferentemente dos outros processos eleitorais, foi que os confrontos ultrapassaram as posições ideológicas ou projetos políticos. Um discurso novo começou a ganhar corpo, um tipo de narrativa não mais sustentada por dados, informações e argumentos lógicos, mas associado a crenças, paixões e emoções.

Essa crença em códigos binários tem a capacidade de dividir o mundo a partir de ladainhas que só funcionam à custa do exercício contínuo de narrativas, igualmente, binárias: honestos ou corruptos, o bem versus o mal, grupos familiares opostos a indivíduos degenerados, aqueles que se identificam com a religião contra os agnósticos e destituídos de crenças, o novo que contradiz o velho. O funcionamento dessas polaridades produz, por seu turno, uma lógica de ódios e afetos que contaminam não só a compreensão e a avaliação das instituições públicas, mas também o dia a dia das relações. (SCHWARCZ, 2019, p. 212)

Essas transformações se tornam evidentes, pois, durante quase trinta anos, a divulgação das eleições políticas partidárias se atinham a dois canais de comunicação: a publicidade pessoal, definida dentro de uma estratégia de marketing através de *spots*, santinhos, cartazes e filme propaganda, e os meios convencionais de comunicação de massa, sobretudo a televisão, através do horário político obrigatório, notícias, entrevistas e dos debates entre candidatos. Nesta estrutura de comunicação, os veículos de mídia atuavam como mediadores das informações, a



quem se poderia cobrar a checagem e veracidade dos fatos e a responsabilidade por sua divulgação. Embora a imparcialidade das empresas de comunicação sempre estivesse passiva a questionamentos, havia uma responsabilidade implícita sobre a checagem e credibilidade do conteúdo transmitido. Se alguém assina, alguém responde. Dessa forma, assim como em todos os âmbitos da comunicação, a metodologia das campanhas eleitorais teve que ajustar suas estratégias aos dispositivos ofertados pelas tecnologias digitais e pela internet.

Essa configuração foi alterada completamente pela introdução da linguagem digital, o que permitiu a formação e a aproximação de grupos separados espacialmente e, ao mesmo tempo, a manipulação do anonimato, como observamos no funcionamento de massa, por meio de recursos como avatares, perfis falsos e algoritmos. (DUNKER, 2018, p.116)

Nas eleições dos Estados Unidos de 2016, as denúncias envolvendo as táticas de manipulação de dados pessoais emergiram com o escândalo da *Cambridge Analytica*, empresa britânica especializada em análise de dados, que prestou serviços para a campanha do presidente eleito, Donald Trump. Delações de ex-funcionários da empresa expuseram a manipulação de perfis e disparos de *fake news* a partir de dados vendidos por diversas companhias de comunicação, com destaque para o *Facebook* que, em julho de 2019, foi condenado pela Comissão Federal de Comércio dos Estados Unidos a pagar uma multa de cinco bilhões de dólares, por ter violado as regras de privacidade de seus usuários. A *Cambridge Analytica* declarou falência logo após as denúncias.

Já no Brasil, em outubro de 2018, alguns dias antes do segundo turno da votação presidencial que elegeu Jair Bolsonaro, do então partido PSL, o jornal Folha de São Paulo publicou uma reportagem denunciando o uso de *bots*[5] para o envio de *fake news* por disparos em massa, através da rede *WhatsApp* (também integrante do grupo *Facebook*). Segundo a reportagem, empresas de marketing digital, não declaradas na campanha, utilizaram o software de uma empresa espanhola e números de celulares falsos, comprados com CPF de pessoas idosas, para realizar os disparos a favor do então candidato e contra o grupo oponente. A partir daí, diversas denúncias foram



surgindo, e todo um esquema oculto financiamento não declarado de empresas aliadas ao candidato e de milícias digitais, passou a ser pauta de investigação.

Foi nossa primeira campanha efetivamente digital. A principal característica desse tipo de campanha, no estágio de incipiente digitalização da política em que nos encontramos, é que não permite controle da trajetória, conteúdo e intensidade das mensagens disseminadas. A disseminação, que tem origem organizada, com impulsões por agências profissionais usando **bots** e **sockpuppets**[6], avança de forma descentralizada e independente, espalhando-se por contágio. (ABRANCHES, 2019, p.18)

Em seu trabalho intitulado “*Fascismo Tropical: uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras*”, Rosa (2019) descreve sua experiência como infiltrado em grupos de redes de mensagens no campo das direitas no Brasil, descrevendo algumas técnicas utilizadas para disseminação de notícias falsas e de conteúdos discursivos odiosos, que apostam em seu efeito micropolítico e pulverizado, sendo elas: migração de plataformas (quando acontece o bloqueio ou restrição por parte de alguma rede social); mobilização de descurtidas (quando há algum episódio de críticas ao candidato); uso de *hashtags* e de postagens em massa, potencializadas pela utilização de robôs; maciço compartilhamento de contatos e busca de engajamento para mais filiações. O autor também descreve o que seria uma espécie de “*cibermilitarização*”, tendo em vista as guerras culturais virtualizadas e a conversão de sujeitos em soldados, com muitas referências a comportamentos de heroísmo, nacionalismo/patriotismo, além de lemas conservadores e morais como os aspectos religiosos e familiares. Utilizam-se então, de pautas referentes às transformações nas concepções raciais, de gênero, sexualidade, classe, religião, para exaltar um suposto “heroísmo cristão” em antítese.

Este rompimento em relação às conhecidas estratégias que conduziram as campanhas ao longo de quase trinta anos, causou imprevisibilidade, dúvidas e surpresas. Até mesmo as tradicionais instituições reguladoras tiveram dificuldade de se articular e agir diante deste novo cenário, composto por estratégias inéditas. Embora a Lei Geral de Proteção aos Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018, já houvesse



sido aprovada, ela só passou a vigorar a partir de agosto de 2020. Assim, a campanha eleitoral se consolidou em um mar aberto, com diversos barcos à deriva.

A grande transição global tem como uma de suas características a perda de referências. Em um mundo dominado pela incerteza, as pessoas se apegam com mais força às identidades grupais que lhes dão mais segurança e autoestima. (ABRANCHES, 2019, p. 27).

Conforme salienta Abranches (2019), é nítido que a formação de grupelhos disseminadores de conteúdos direcionados às suas próprias convicções morais/políticas ou fomentados pela fragmentação e capilarização de discursos odiosos, fazem os sujeitos se sentirem à vontade para proferir qualquer tipo de discurso. É necessário recordar que as tecnologias atuais foram desenvolvidas ao fim da Guerra Fria, a partir de objetivos bélicos e disputas estratégicas, sob forte iniciativa do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Não é de hoje então, que os fluxos de dados agem enquanto imperativos, buscando operar de forma totalitária, como “cúpulas de vigilância tecnológica”, que tem como atual pretensão modular comportamentos e influenciar acessos e opções.

3. COMO SER ELEITOR NA ERA DIGITAL?

A proliferação do acesso aos conteúdos *online* constituiu-se junto à diversas promessas e expectativas alimentadas pela ideia de espaço democrático, interativo, de construção coletiva, em que todos teriam direito a livre manifestação de opiniões. O vínculo entre telefone e computação se estabeleceu com a criação da primeira rede do qual derivaria a Internet, em 1969, pela Bell, parte da empresa de telefonia AT&T, tornando-se legítima e reconhecida apenas quando as empresas privadas se apoderaram das tecnologias e as disseminaram para as classes médias, em 1995.

Mais comunicação implicará mais liberdade, entendida aqui como uma possibilidade, sem controle estatal ou policial, de produzir, consumir e distribuir informação. No século que se anuncia não é unicamente o ciberespaço que vai crescer, mas a ciberdemocracia. (LEMOS; LÉVY, 2010, p. 44).



A ideia de *ciberdemocracia*, proposta por Lemos e Lévy (2010), mostrou-se bastante plausível depois dos anos 2000 com a explosão das redes sociais. Naquele momento, era possível ver, através do uso das tecnologias digitais, uma intensificação nas interações democráticas tomando forma. Novamente vinculado à telefonia, este cenário foi potencializado com a popularização dos dispositivos *mobiles*[7], que estabeleceu novas práticas, constituindo uma comunicação descentrada em que todos (consumidores destes dispositivos) poderiam ser transmissores e receptores ao mesmo tempo, compondo processos de comunicação não lineares, abertos, instáveis e em movimento constante. Isso trouxe efeitos para a comunicação de massa, aos hábitos de consumo, às experiências cognitivas e às relações sociais individuais e coletivas.

As temáticas políticas também acompanharam esta lógica, não apenas com a transposição das discussões para o ambiente digital, mas na constituição de novos modos de interação, de manifestação, de estratégias e na construção das opiniões. O ativismo político tomou novas formas de organização no ambiente digital e, em paralelo, *posts* e *reposts* ganharam dimensões inéditas através das publicações vindas dos perfis pessoais de usuários convencionais, que antes se atinham às suas narrativas familiares, profissionais e sociais. Assuntos políticos passaram a pautar discussões do cotidiano de uma parte significativa da população brasileira, assumindo posições mais definidas, fato este que seria algo positivo, não fosse a superficialidade do contato com o assunto ou a pobreza no qual foram se tratando certas temáticas, com conteúdos aleatórios, inconsistentes ou mesmo sem preocupação com a veracidade da informação.

O uso das redes sociais, em vez dos veículos tradicionais de comunicação, também se comporta como elemento que aguça a comunicação bipartidária. No vale-tudo da internet, não há tempo para a confirmação dos fatos, documentos e fontes, tampouco para a autoria intelectual, ou para a análise menos passional do que aquela feita no “calor da hora”. Ao contrário, as mensagens tomam a forma de propagandas, que tencionam a formação ainda mais exacerbada de polarizações. (SCHWARCZ, 2019, p. 212)



O imediatismo emergente nas últimas duas décadas, muito em decorrência das implantações destas tecnologias nas nossas vidas, demanda soluções e respostas rápidas. A lógica do tempo das coisas cria desestabilidades não apenas no âmbito individual, mas também no cenário político, econômico e social. Há uma incapacidade de ação política sem um pensamento estratégico que leve em consideração possibilidades de reações e resultados que não estão explícitos ou dados *a priori*. A vida *online* é então, espaço de e para produção, algo que causa nos seres humanos respostas psicofisiológicas novas, ainda pouco investigadas e conhecidas, mas que evidencia um duplo paradoxo já há algum tempo estudado na filosofia, como é o binômio liberdade-controle. De um propulsor de conexões entre os indivíduos, essas ferramentas se tornam modos de coerção, constrangimento e humilhação, violência e tirania.

Sobre a introdução crescente de novas maneiras de pensar e conviver a partir dos emergentes dispositivos de comunicação e informatização, Pierre Lévy (1998) propôs a noção de “*ecologia cognitiva*”. O termo considera a ecologia no sentido das relações, interações, diálogos entre diferentes organismos, vivos ou não vivos e a cognição referente ao conhecimento, aos agenciamentos, formas de aprender, de pensar e de constituir relações no contexto destas novas tecnologias. Segundo o autor,

Formas sociais, instituições e técnicas modelam o ambiente cognitivo de tal modo que certos tipos de ideias ou de mensagens têm mais chance de se reproduzir que outros. Entre todos os fatores que coagem a inteligência coletiva, as tecnologias intelectuais que são os sistemas de comunicação, de escrita, de registros e de tratamento da informação desempenham um papel considerável. De fato, certos tipos de representações dificilmente podem sobreviver ou mesmo aparecer em ambientes desprovidos de certas tecnologias intelectuais, ao passo que prosperam em outras “ecologias cognitivas” (LÉVY, 1996, p. 100).

Por outro lado, algumas questões importantes perpassam a construção do posicionamento e manifestação política nas redes sociais. Por conta da instabilidade e das incertezas do cenário político dos últimos anos, paira uma sensação de insegurança de medo, de valores morais, de intolerância, um desgaste emocional que colocou as pessoas em uma situação de estagnação. Sem saber como agir, e muitas vezes buscando linhas de fuga, as pessoas se fecharam em suas bolhas de acesso,



considerando somente a opiniões que reforçassem as suas mesmas, como forma de alívio e esperança, o que as despotencializa a construção de uma argumentação crítica mais profunda e consistente, enfraquecendo a lógica democrática e produzindo uma surdez para o outro, que reforça sentimentos de ódio e intolerância.

Hoje, o termo democracia tornou-se (como os freudianos o colocam) catéxico – saturado de emoção, irradiado de paixão, empurrando vigorosamente de um lado para o outro e cada vez mais engolfado pelo acúmulo de confusão (DUNN, 2016, p. 60).

Byung-Chul Han em “*No Enxame*” (2018), entende que a lógica das redes corrói o debate público e a ação política, considerando certa inabilidade dos seres humanos de lidar com enormes fluxos de informação, alegando não possuímos capacidades cognitivas para refiná-las e transformá-las em exercícios de saber. Uma egotização crescente, onde as imagens ocupam lugar privilegiado, e o desmoronamento das instâncias do público e do privado, onde a transparência é sinal da falibilidade da confiança, marcam a transformação de um amontoado com poder de articulação conjunta para um bloco de indivíduos isolados, centrados em perspectivas individuais, sem a sintetização de uma voz que soe como “nós”.

Politicamente, a intolerância se apresenta como uma conduta que busca apagar ou que simplesmente não aceita pontos de vistas diferentes daqueles do próprio indivíduo. E tal comportamento, não raro, se utiliza do preconceito e da disseminação de estereótipos para a sua afirmação. Racismo, sexismo, misoginia, antissemitismo, homofobia, pragmatismo religioso ou político, horror aos estrangeiros, são formas conhecidas de intolerância social. (SCHWARCZ, 2019, p. 214)

Vivemos o colapso da escuta, de uma surdez coletiva, que aumenta proporcionalmente a enxurrada interminável de informações. Com tantas pessoas falando ao mesmo tempo, tantos gritos, não é possível entender nada. Como falamos antes, o pensamento estratégico requer escuta, informação, criatividade, raciocínio e, talvez, principalmente, conhecimento.



4. A SOCIEDADE DO CONTROLE DIGITAL

Nos últimos anos, o ambiente digital tem deflagrado um espaço fantasioso, ilusório e vulnerável em relação às incontáveis formas de controle e modulações estabelecidas a partir dele. Não demorou muito para o mercado começar a encontrar formas de se apropriar das mesmas ferramentas, ajustando suas demandas às redes digitais. As tecnologias começaram a ser adaptadas à engrenagem capitalista, assim como o capitalismo criou novos dinamismos dentro do ambiente virtual.

O que define os dispositivos com os quais temos que lidar na atual fase do capitalismo é que estes não agem mais tanto pela produção de um sujeito quanto por meio de processos que podemos chamar de dessubjetivação. (AGAMBEN, 2010, p. 47)

Antes, a estratégia do mercado se pautava em moldar e alcançar os sujeitos enquanto potenciais consumidores, afirmava-se uma moda, a fim de convencer o maior número de pessoas a comprá-la. Agora, a estratégia se volta a identificar e modular os grupos pelos seus desejos, capturando todos eles. O que vale no mercado atual não é mais tratar as pessoas como indivíduos, mas como amostragens, *personas* e perfis compostos por seus hábitos, interesses, procuras, relacionamentos, ideologias e paixões.

Baseados na Psicologia Social e, mais especificamente, no Behaviorismo de B. F. Skinner (1904-1990), o interesse mercadológico se volta à modificação de comportamentos como principal fonte monetária das redes, com efeito cerebral direto nos neurotransmissores de dopamina, além de estudos amplamente divulgados acerca do uso compulsivo, que funciona como os já conhecidos vícios. A partir da modulação de opções e acessos, controle de visualizações, discursos, imagens e sons, a economia informacional no mercado de dados é a moeda paga pelo uso “gratuito” das plataformas digitais. Nesse sentido, o uso desse tipo de “máquina técnica” na política causou fraturas nunca vistas nas democracias liberais, pois o sufrágio tornou-se algo passível de modulação comportamental.



Desde a conceituação da Sociedade Disciplinar, pensado por Michel Foucault (2011), temos a noção de que nossas capacidades estratégicas são destreinadas pelas instituições de poder, que buscam tornar-se homogêneas as nossas ações e a forma como pensamos. Sobrepondo-se a isso, na Sociedade de Controle proposta por Gilles Deleuze (1992), as tecnologias digitais também estão afetando nossa capacidade cognitiva, na medida em que aplicativos surgem para suprir as mais diversas atividades, das mais complexas às mais banais, tornando desnecessários alguns estímulos que demandem um raciocínio mais criativo ou intuitivo. É como se fossemos desensinados a desenvolver um pensamento estratégico para as soluções cotidianas, o que acaba afetando também a forma como articulamos um pensamento argumentativo mais consistente. Ficamos tão deslumbrados com as descobertas do que estas novas tecnologias poderiam nos oferecer e servir, que acabamos servindo a elas. Sem que percebêssemos, passamos a alimentar uma espécie de servidão voluntária[8] em versão virtual, não menos disciplinar e controladora do que as sociedades desenhadas ao longo das últimas décadas. Ainda nos anos 1990, Deleuze diagnosticou que as sociedades de controle não funcionariam mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea (DELEUZE, 1992).

A cada tipo de sociedade, evidentemente, pode-se fazer corresponder um tipo de máquina: as máquinas simples ou dinâmicas para as sociedades de soberania, as máquinas energéticas para as de disciplina, as cibernéticas e os computadores para as sociedades de controle. Mas as máquinas não explicam nada, é preciso analisar os agenciamentos coletivos dos quais elas são apenas uma parte (DELEUZE, 1992, p. 220).

Diariamente, e cada vez mais, estamos fornecendo nossas informações para sermos mapeados e agenciados através das redes digitais. A programação dos algoritmos não apenas registra nossos movimentos, mas também direciona os passos seguintes que iremos tomar, moldando e modulando nossas escolhas sem que percebamos ou, pelo menos sem que tenhamos noção das proporções que isso possa ter nas nossas vidas, no presente e num futuro próximo.



Os “gigantes da tecnologia”, empresas que detém o chamado *Big Data*[9], estão se tornando as maiores empresas do mundo. Em 2006, o matemático londrino especializado em ciência de dados, Clive Humby, afirmou: “*Data is the new oil*”[10], o que na época parecia estranho, mas em poucos anos se confirmou, sendo que, atualmente, as cinco empresas mais ricas do mundo são da área de comunicação. Isso não quer dizer que estas empresas estão interessadas na minha vida ou na sua, mas em como influenciar e persuadir grandes grupos de pessoas – conhecidas ou não – que compõem determinado perfil de consumo, de ideais e de desejos. Entender por quais dispositivos e estratégias se conseguem atingir as emoções – medos e paixões – de uma população, é uma arma poderosa contra qualquer pessoa ou sociedade.

Aquele que se deixa capturar no dispositivo “telefone celular”, qualquer que seja a intensidade do desejo que impulsionou, não adquire, por isso, uma nova subjetividade, mas somente um número pelo qual pode ser, eventualmente, controlado. (AGAMBEN, 2010, p. 48)

Diferente de outras formas de repressão, o controle através do rastreamento de dados pessoais pode se estabelecer de uma forma sutil, disfarçada nos encantos da modernidade e inovações que envolvem os dispositivos eletrônicos. Pelos aplicativos, definimos as nossas rotas; avaliamos os produtos, serviços e locais; buscamos informações; fazemos transações financeiras; consumimos; acompanhamos nosso cotidiano; sabemos quantos quilômetros andamos ao longo do mês, quantas horas dormimos ou passamos dentro de um carro. São informações que organizam e facilitam as nossas rotinas, mas também geram um sistema de dados altamente preciso sobre nossos hábitos e nossas emoções.

Já sabemos que estes dados estão sendo usados para nos induzir ao consumo, afinal, toda vez que pesquisamos sobre um produto ou mesmo se falamos dele perto de um celular, diversos anúncios relacionados aparecem em nossas *timelines*[11]. Entretanto, ainda não temos uma percepção mais profunda do que o domínio dos dados pessoais pode produzir. A avalanche de reconfigurações e influências dos dispositivos digitais altera não apenas a forma como nos relacionamos, os nossos hábitos e as nossas habilidades cognitivas, mas também as nossas crenças e, por



isso, o acesso aos dados pode ser uma ferramenta determinante e estratégica nas campanhas políticas.

CONCLUSÃO OU ALGUNS HORIZONTES E ESCAPES POSSÍVEIS

A questão que propomos refletir neste breve artigo é que nem os disparos em massa, nem *fake news*, por si só deveriam ter o poder de afetar um posicionamento político pessoal ou determinar uma escolha aparentemente tão relevante quanto a de um voto eleitoral. Para esse fato se consumir, pressupõem-se necessárias questões de outra ordem, sejam pessoais, intelectuais, sociais ou mesmo emocionais, que deem embasamento e estrutura para este efeito. É preciso considerar que há outros fatores contextuais influenciando a eficácia dos disparos de massa, assim como um novo condicionamento que está sendo construído nas relações de poder e controle a partir das ferramentas digitais, como a programação de algoritmos e o processamento de dados pessoais. Essas tecnologias não nos determinam, ou seja, as causas do atual contexto político não se restringem ao uso das tecnologias digitais.

Existe um paradoxo entre a pretensão do ativismo político da população em geral, e como tem se dado seus efeitos, partindo do pressuposto de que, ao invés de constituir uma propagação crítica e democrática de opiniões, ele está tomando formas segmentadas que o despotencializa. A crise das *fake news* está para além da informação inverídica, pois compõe um campo de pós-verdade e de um surto coletivo em querer apenas algo que reafirme suas crenças, mesmo que a partir de enunciados infundáveis. Como bem destaca Christian Dunker (2018), a pós-verdade tem muitas implicações políticas, morais e institucionais porque o que está em jogo já não é mais a verdade dos fatos, e sim uma finalidade qualquer que se coloca acima de qualquer argumento em si.

Utilizando dança para repensar a relação estética e ordem social, Andrew Hewitt (2005) contextualiza a noção de “coreografia social” como uma metáfora da Modernidade, assim como um plano estruturante para pensar a organização social moderna. Hewitt reúne a história da dança e a teoria crítica para discutir a questão da ideologia como algo “corporificado” e “praticado”, que vai além de uma forma abstrata



de consciência. Assim, o autor associa a dança e a estética do movimento cotidiano a ideias históricas de ordem social.

Nesse sentido, na dança dos acontecimentos políticos, uma coreografia está sempre em processo, e sua formação precede um novo movimento, que terá alguma consequência deixada pelo movimento anterior. Desta metáfora se entende o quanto é necessário um pensamento estratégico na construção de cada decisão, ação e fala, observando nossas próprias ações para saber o quanto estamos fazendo escolhas reais, ou estamos sendo guiados. É preciso estar ciente de que, nessa dança da política, tudo gera um efeito, e que nesse sentido, uma ação pouco estratégica pode representar uma construção de pedras em alicerces de areia.

Pesquisar este contexto se torna importante à medida que consideramos as características globais do que diz respeito ao futuro dos regimes democráticos perante as tecnologias digitais, e os efeitos locais desta conjuntura que ainda se dão em um campo bastante incerto e nebuloso. Construir uma investigação sobre os fatos que envolveram as eleições recentes é um caminho possível para se pensar este fenômeno que está dado e que, inevitavelmente, terá continuidade de maneira que ainda não sabemos. Entender os desafios que as intervenções de controle, através destes dispositivos, podem ter nos processos eleitorais significa, ainda, evitar perigosas armadilhas aos regimes democráticos, que hoje se mostram, mais uma vez, fragilizados e ameaçados.

Apesar dos desafios que envolvem este cenário, temos um pensamento otimista, no sentido de acreditar que é possível encontrarmos um caminho para nos reinventarmos diante deste caos eminente. Assim como Dunker (2018), sugere que conviver não é suportar ou tolerar o outro, mas pertencer ao mesmo futuro que ele, acreditamos que compreender e respeitar as diferenças, as individualidades e os diferentes modos de se viver, rompendo hierarquias de valor, pode nos poupar de sucumbir diante dos riscos que envolvem a democracia. Entretanto, não podemos ignorar este recente sistema de controle que se alastra rizomaticamente nas nossas vidas, se transformando mais rápido do que temos sido capazes de acompanhar e, por isso, ainda tão abstruso e enigmático. Embora estejamos imersos nos dispositivos digitais



por caminhos irretornáveis, é preciso um esforço constante na construção de um olhar crítico e atento para como essas modulações, porque elas têm nos afetado, individualmente, nas nossas mais profundas emoções, e coletivamente, em questões políticas, econômicas e sociais de escalas imensuráveis. Desenvolver um olhar desperto para o que nos acontece, não garante um escape da sociedade de controle que vem se desenhando, mas nos dá ferramentas para que, sabendo dela, possamos criar linhas de fuga, protestar ou buscar caminhos radicais, afinal, uma sociedade criada pelo homem, poderia ser recriada por quem mais?

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. **Polarização radicalizada e ruptura eleitoral**, Em: Democracia em risco? 22 ensaios do Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras 1ª edição. 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **Meios sem fim. Notas sobre a política**. Tradução Davi Pessoa. Belo Horizonte: Autêntica. 1ª edição. 2015

_____. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó, Santa Catarina: Argos. 2009.

CASTELLS. Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução: Peter Pál Pelbart. - Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DUNKER, Christian. **Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático**. Em: Democracia em risco? 22 ensaios do Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª edição. 2019

DUNKER, Christian. **Subjetividade em tempos de pós-verdade**. Ética e pós-verdade. Porto Alegre: Litercultura. 1ª edição 2ª reimpressão. 2018.



DUNN, John. **A história da democracia**. Tradução: Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Tradução: Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes. 39ª edição. 2011.

GORZ, Andre. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. Tradução de Celso Azzan Júnior. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

HEWITT, Andrew. **Social Choreography. Ideology as Performance**. Em: Dance and Everyday Movement. Durham: Duke University Press, 2005.

LEMONS, André; LÉVY, Pierre. **O Futuro da Internet: Em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus. 1ª edição. 2010.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência. O futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LÉVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva. Por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 1998.

LOVELUCK, Benjamin. **Redes, Liberdades e Controle: uma genealogia política da internet**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

MISKOLCI, Richard; BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. **Sociologia Digital: balanço provisório e desafios**. Revista Brasileira de Sociologia. Vol. 06, No. 12 | Jan-Abr/2018.

ROSA, Pablo Ornelas. **Fascismo tropical: uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.



SAFLATE, Vladimir. **É racional parar de argumentar**. Em: Ética e pós-verdade. Porto Alegre: Litercultura. 1ª edição 2ª reimpressão. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

APÊNDICE - REFERÊNCIAS DE NOTA DE RODAPÉ

4. Princípio da *Aufklärung*: movimento pensado por Kant no texto “*O que é o Esclarecimento?*” (1783) enquanto oportunidade de reforma do espírito humano, compreendendo a racionalidade prática como meio de libertação das tutelas e de auto aprimoramento e auto maturação, priorizando as esferas individuais (morais e religiosas).
5. *Bots* ou robô, em tradução literal, vem do diminutivo de *robot*, também usado para se referir a softwares que simulam ações humanas repetidas vezes de maneira padrão.
6. *Sockpuppet* é um termo pejorativo, referente à identidade falsa usada para fins fraudulentos, no ambiente da Internet.
7. Dispositivos móveis, como os celulares smartphones.
8. Conceito do francês Étienne de La Boétie apresentado em seu famoso livro “*Discurso da Servidão Voluntária*”, publicado originalmente após sua morte em 1563.
9. Big Data é um termo usado pela área de Tecnologia da Informação (TI) para tratar o processamento de grandes conjuntos de dados, que não são suportados por sistemas tradicionais. O conceito do Big Data leva em consideração dados com maior Variedade que chegam em Volumes crescentes e com Velocidade cada vez maior. Por essa razão é conhecido como sistema dos “três V’s”.
10. Na tradução literal “*Dados são o novo petróleo*”.



MULTIDISCIPLINARY SCIENTIFIC JOURNAL

**NÚCLEO DO
CONHECIMENTO**

REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR NÚCLEO DO
CONHECIMENTO ISSN: 2448-0959

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br>

11. *Timeline* ou linha do tempo se refere aqui às publicações que aparecem nos aplicativos de redes sociais e outros em ordem cronológica, teoricamente, já que, na prática, a interferência dos algoritmos pode ordenar de outras formas.

Enviado: Outubro, 2020.

Aprovado: Outubro, 2020.